



SENADO FEDERAL
Auditoria
Coordenação de Auditoria de Contratações

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO - N.º 06/2024 – COAUDCON

Brasília, 28 de agosto de 2024.

Ao Senhor
André Luis Soares da Paixão
Auditor-Geral do Senado Federal

Senhor Auditor-Geral,

Trata-se do 2º ciclo de monitoramento no bojo das recomendações remanescentes apontadas na Auditoria Operacional de Planejamento de Contratações¹.

Após análise e manifestação da Auditoria contida no 1º ciclo de monitoramento decidiu-se, na ocasião, manter em aberto 12 (doze) recomendações, baixando 4 (quatro) por implementação e 2 (duas) por autoridade competente.

Iniciado o 2º ciclo de monitoramento, a COAUDCON/AUDIT realizou, de pronto, uma avaliação prévia quanto a situação das 12 (doze) recomendações, baixando 3 (três) delas por implementação.

Após isso, o processo foi enviado à Diretoria-Geral - DGER em 14/5/2024 para que a COAUDCON/AUDIT fosse atualizada acerca das providências tomadas frente as 9 (nove) recomendações remanescentes no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

A DGER solicitou² extensão de prazo para repostas até 9/7/2024, com a informação de que *“estão sendo envidados esforços para apresentação de respostas que dependem, no caso concreto, de manifestação do Comitê de Contratações da Casa”*, a qual foi aceita pela auditoria interna.

¹ Processo 00200.014374/2019-74

² Doc. 00100.103028/2024-55



**SENADO FEDERAL**

Auditoria

Coordenação da Auditoria de Contratações

Optou-se, desta forma, por elaborar um relatório preliminar³, sendo anotado que a finalização da análise seria efetuada na oportunidade em que a Administração encaminhasse as manifestações pertinentes.

Encaminhadas as manifestações correspondentes⁴, segue a análise definitiva da auditoria interna acerca da situação de cada recomendação nesse 2º ciclo de monitoramento:

Recomendação 2.1 - Faça constar no Plano de Contratações do Senado Federal expressa indicação de qual objetivo ou diretriz estratégica institucional embasa cada contratação.

Providências informadas pelo gestor e análise: A DIRECON informa que o CT 122/2022, o qual trata sobre o suporte e aperfeiçoamento do SENiC, deverá ser prorrogado e que a primeira frente de ação para fazer o vínculo com diretriz, objetivo e projeto estratégico está associada com esse sistema, por meio de uma demanda a empresa contratada para viabilizar o preenchimento de informações dessa natureza pelo órgão demandante da Casa já no DFD (Documento de Formalização da Demanda).

Sobre a segunda frente de ação, a DIRECON informa quanto a necessidade de vínculo direto entre a *Solicitação de Contratação*, submetida pelo Órgão Técnico ao Comitê, com o atual sistema de Planejamento Estratégico da Casa (BRISK).

Sobre esse sistema é dito que ele:

(...) ainda carece de customizações e integrações com os demais sistemas utilizados no Senado Federal. O Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica – EGOV informou que há contratação em instrução para essa finalidade, cuja estimativa inicial de homologação está prevista para abril/2025 (DFD nº 267/2023 - Contratação nº 20250116 - Customização e Integração do Software BRISK - Gestão de Portfólios e Projetos).

Conclusão: Assim, entende-se que a recomendação está em implementação, a qual deve ser mantida em aberto para acompanhar a sua evolução no próximo ciclo de monitoramento.

³ Doc. 00100.106523/2024-16

⁴ As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFÍCIO 119/2024/DIRECON)



**SENADO FEDERAL**

Auditoria

Coordenação da Auditoria de Contratações

Proposta de encaminhamento: Ação em implementação.

Recomendação 2.4.1- Passe a publicar o Plano de Contratações do Senado com suas respectivas atualizações no Portal da Transparência a fim de possibilitar o acesso ao cidadão e sinalizar ao mercado fornecedor as intenções de compras.

Providências informadas pelo gestor e análise: Recomendação atendida. Conferiu-se que o Plano de Contratações Anual – PCA do Senado Federal tem sido divulgado no Portal da Transparência. Em consulta ao Portal⁵, foi possível atestar que o PCA de 2024 consta divulgado em 2 (duas) versões distintas, de 07/02/2024 e 11/04/2024, em 3 (três) tipos de formatos: .xlsx, .cvs e .pdf. Além disso, o PCA de 2023 também está divulgado no Portal em 8 (oito) versões distintas.

Conclusão: Foi anotado que seria dispensável novo encaminhamento para verificar o cumprimento da recomendação pelas razões acima.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.4.2 - Passe a publicar as atas com as deliberações do Comitê de Contratações do Senado no Portal da Transparência a fim de possibilitar o acesso ao cidadão.

Providências informadas pelo gestor e análise: Inicialmente, aponta-se que a recomendação foi mantida em aberto considerando a informação da DIRECON anotada na Matriz de Monitoramento – 1º Ciclo (Doc. 00100.053762/2022-02-1) de que a medida ainda seria avaliada frente a viabilidade técnica e políticas de transparência da Casa:

Em termos literais, entende-se que a publicação no Portal da Transparência do SF das atas do Comitê de Contratações não constituiria uma obrigação legal. A própria Lei nº 14.133/2021, por exemplo, estabelece a necessidade de publicação do PAC propriamente dito. Assim, reputa-se que, inicialmente, deve se buscar a publicação do PAC, inclusive no âmbito do PNCP, como dispõe o art. 174, §2º, I, da NLL. Posteriormente, a recomendação da AUDIT será avaliada em cotejo com as demais políticas de transparência e tratamento de dados do SF, além da viabilidade técnica da medida. (Destacou-se)

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/direcon/plano-de-contratacoes-anual> [Acessado em 7 maio 2024].





SENADO FEDERAL
Auditoria
Coordenação da Auditoria de Contratações

Por seu turno, no 2º ciclo de monitoramento, a DIRECON apontou que as atas de reunião do Comitê estão indicadas no Portal da Transparência, com menção a respectiva publicação no Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF), o qual pode ser acessado por qualquer cidadão.

Conclusão: Assim, nos termos das informações prestadas no 2º ciclo de monitoramento, entende-se que a recomendação foi atendida.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.5.1 - Promova o aprimoramento da normatização no tocante a elaboração e acompanhamento do Plano de Contratações, especialmente quanto as competências delegáveis e reservadas do Comitê de Contratações.

Providências informadas pelo gestor e análise: Recomendação atendida. Verificou-se que diversas competências do Comitê de Contratações foram estabelecidas pelo ADG nº 14/2022, dentre as quais citam-se: publicação do calendário de contratações⁶; receber e deliberar quanto as demandas dos órgãos técnicos⁷; deliberar quanto o enquadramento definitivo do item como “de luxo” ou “comum”⁸; determinar a SADCON a abertura de processos de contratação em alguns casos⁹; receber Estudos Técnicos Preliminares e deliberar acerca da sua dispensa¹⁰, dentre outras.

Conclusão: Foi anotado que seria dispensável novo encaminhamento para verificar o cumprimento da recomendação pelas razões acima.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.5.2 - Aperfeiçoe o (s) sistema (s) de informação (ões) gerencial (is) atinente (s) ao Plano de Contratação, de modo a armazenar e disponibilizar

⁶ Art. 7º, 10 e 11 do ADG 14/2022

⁷ Art. 9º, § 2º do ADG 14/2022

⁸ Art. 9º, § 7º do ADG 14/2022

⁹ Art. 12, § 3º do ADG 14/2022

¹⁰ Art. 2º e 3º § 2º do Anexo II do ADG 14/2022





SENADO FEDERAL

Auditoria
Coordenação da Auditoria de Contratações

histórico de todas as atualizações (inclusões, cancelamentos e alterações) realizadas no Plano ao longo do exercício, a fim de aprimorar o seu acompanhamento.

Providências informadas pelo gestor e análise: Recomendação atendida. Foi verificado que na aba “Planejamento” do Sistema SENiC há uma opção de “Alterações ao Plano de Contratações – Adendo”, na qual são listados os adendos as contratações feitas no Plano. Ao selecionar uma determinada contratação é possível verificar os campos alterados destacados em amarelo.

Conclusão: Foi anotado que seria dispensável novo encaminhamento para verificar o cumprimento da recomendação pelas razões acima.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.5.3 - Doravante, incluir todas as contratações previstas para o exercício no respectivo Plano de Contratações, sejam elas realizadas por licitação ou por contratação direta (Anexo V da Res. 13/2018-SF: art. 3º, art. 5º, inc. VI do art. 7º e art. 9º), inclusive aquelas referentes a ações de capacitação para servidores (art. 25, II, da Lei 8.666/93), as quais deverão constar, no mínimo, sob a forma de uma rubrica genérica com valor total estimado para o exercício.

Providências informadas pelo gestor e análise: Quanto a situação atualizada acerca da inclusão de todas as contratações no PCA, notadamente aquelas advindas de capacitações contratadas, a DIRECON se manifestou nos seguintes termos:

(...) discutiu-se sobre a pertinência do valor integral constar do Plano de Contratações Anual, tendo em vista que o PCASF contempla, além das contratações de treinamentos externos e *in company*, as despesas previstas com Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) para o exercício. Adicionalmente, o Plano também contemplava eventuais contratações de cursos *in company* e cursos que geravam contrato com vigência estendida, a exemplo do curso promovido pela empresa Amana Key (Contratação nº 20220263 - Treinamento externo para desenvolvimento gerencial de gestores de equipes e Contratação 20240262 - Programa de capacitação "APG Intensivo" ministrado pela empresa Amana-Key), o que resultava em duplicação de valores no PCA. (Destacou-se).



**SENADO FEDERAL**

Auditoria

Coordenação da Auditoria de Contratações

Ademais, a DIRECON mencionou as seguintes recentes deliberações do Comitê de Contratações:

- i. Anualmente, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) deverá submeter ao colegiado Solicitação de Contratação no valor total previsto para treinamentos externos e treinamentos *in company* constantes do Plano de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF) do exercício;
- ii. Neste valor não deverão estar contempladas as despesas com Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos (GECC);
- iii. Visando evitar a duplicidade de despesas no Plano de Contratações Anual, não deverão ser encaminhadas Demandas ou Solicitações para ação de capacitação de forma apartada do item genérico do PCASF; e
- iv. Os processos de contratação para essa finalidade não estarão mais sob a operacionalização do SENiC, ficando somente no âmbito do SIGAD. (Destacou-se).

Entende-se que as novas deliberações discutidas e aprovadas pelo Comitê, constantes da Ata da 4ª Reunião de 2024 (Doc. 00100.109198/2024-43) vão ao encontro da presente recomendação de auditoria, evitando, ainda, que despesas não relacionadas a contratações propriamente ditas (como as oriundas de GECC) ou em duplicidade (como as que resultem em contratações estendidas) desvirtuem os objetivos do PCA estabelecidos no artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, os quais devem ser de (1) racionalizar as contratações dos órgãos e entidades, (2) garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e (3) subsidiar a elaboração de leis orçamentárias.

Conclusão: Diante das informações apresentadas pela DIRECON, notadamente daquelas discutidas e aprovadas pela 4ª Reunião do Comitê de Contratações, entende-se que a recomendação foi atendida.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.6 - Avalie a oportunidade e a conveniência de classificar previamente as demandas constantes do Plano de Contratações em termos de complexidade (ex.: baixa, média e alta) e criticidade (ex.: aplicação de Matriz GUT).

Providências informadas pelo gestor e análise: Em linhas gerais, a DIRECON aponta a definição, pelo Comitê de Contratações, acerca do desinteresse na implementação de se classificar previamente o grau de complexidade das contratações. Quanto à criticidade, foi indicado que a equipe de apoio ao colegiado e a equipe responsável pela contratação já executam ações





SENADO FEDERAL

Auditoria

Coordenação da Auditoria de Contratações

que se alinham a esse controle, mesmo que não formalmente instituídas em normativos da Casa. Para tanto, cita alguns exemplos práticos adotados (como envio automáticos de *e-mails*) e apresenta algumas evidências pertinentes. Ademais, a DIRECON aponta que, a partir de informações quinzenais repassadas pelos órgãos responsáveis, a equipe de apoio ao Comitê de Contratações pretende adotar de forma orgânica e não regulamentada, pontuação quanto a criticidade das contratações, o que deve auxiliar no acompanhamento dos processos de contratação, notadamente para diferenciar os processos prioritários e críticos. Por fim, salienta que a classificação das demandas em função da criticidade está em implementação.

Conclusão: Diante das informações e evidências apresentadas, entende-se que a recomendação de auditoria foi atendida, ou seja, foi avaliado o mérito de se classificar previamente as demandas do PCA em função da complexidade (considerada como inoportuna e não conveniente) e criticidade (já em estágio de implementação).

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.7.1 - Implementar efetivamente a sistemática de monitoramento dos prazos de tramitação na execução do Plano de Contratações, manifestando-se o Comitê de Contratações prévia e formalmente sobre quais prazos-limite (em dias) serão adotados como parâmetros de monitoramento (inc. III do art. 8º do Anexo V da Res. 13/2018-SF), preferencialmente por fase e por tempo total de tramitação.

Providências informadas pelo gestor e análise: Quanto as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 a DIRECON esclarece a informação prestada no 1º ciclo de monitoramento no sentido que *“todas as áreas envolvidas diretamente na instrução de processos de contratação possuem Plano de Gestão atualmente”*.

Ademais, aponta que:

Todavia, cumpre ressaltar que o Plano de Contratações é elaborado com o estabelecimento de data-limite de envio do Termo de Referência e a indicação de Estimativa Inicial de homologação – a qual é inclusive atualizada constantemente quando do início da instrução do processo. Junto a isso, conforme informado no âmbito da Recomendação 2.6, atualmente são adotadas diversas medidas para auxiliar a observância desses prazos e, em última ordem, há a priorização dos processos na Casa, com o intuito de impulsionar a instrução e, se necessário (em



**SENADO FEDERAL**

Auditoria

Coordenação da Auditoria de Contratações

casos mais urgentes), a elaboração de cronograma-limite com a definição de uma data para conclusão do procedimento.

A partir desse cronograma-limite, as áreas envolvidas nas fases restantes da instrução são comunicadas sobre o respectivo prazo para providências de sua responsabilidade. Sem embargo das informações prestadas até o momento, as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 foram apreciadas pelo Comitê de Contratações durante a reunião ocorrida em 27 de junho de 2024, oportunidade em que este entendeu que a atividade de monitoramento de prazos de cada setor envolvido na instrução de processos de contratação não é de sua competência. Adicionalmente, o colegiado considerou desfavorável o custo-benefício de se estabelecer novos controles, além dos que já estão implementados. (Destacou-se).

Conclusão: Em síntese, a área auditada apresenta um panorama atual dos controles internos da Casa acerca dos prazos de tramitação, informando que as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 foram apreciadas e, embora procedentes, não serão implementadas, tendo em vista os controles existentes e o custo-benefício de se adotar novos controles.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por autoridade competente.

Recomendação 2.7.2 - Avaliar conveniência e oportunidade de fixar prazos-limite por atividade para execução dos procedimentos de contratação e respectivo monitoramento, nos moldes do Anexo II da Instrução Normativa do STJ/GDG nº 12/2019.

Providências informadas pelo gestor e análise: Vide informações indicadas na recomendação 2.7.1.

Conclusão: Vide informações indicadas na recomendação 2.7.1.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por autoridade competente.

Recomendação 2.10.1 - Elaborar e implementar programa formal e contínuo de capacitação dos agentes envolvidos em contratações do Senado Federal. (Para ILB/DGER).

Providências informadas pelo gestor e análise: Foram prestadas as seguintes informações por ocasião deste 2º ciclo de monitoramento:





SENADO FEDERAL

Auditoria

Coordenação da Auditoria de Contratações

O Instituto Legislativo Brasileiro – ILB ofertou, em novembro de 2022, o curso de extensão em “Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo”, com 60 horas-aula, na modalidade online ao vivo.

No primeiro semestre de 2024, esta DIRECON, em conjunto com o ILB, disponibilizou na plataforma Saberes o curso “Licitação e Contratos Administrativos: Um olhar para a Lei nº 14.133, de 2021”, na modalidade EAD sem tutoria.

Para o segundo semestre de 2024 estão previstos, no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal 2024 dois cursos voltados para licitações e contratos.

Além disso, a área temática “compras e contratos” foi amplamente contemplada na distribuição orçamentária do PCASF 2024 entre os órgãos desta Casa, demonstrando o compromisso desta Administração capacitações dessa natureza.

Assim, entende-se que já existe programa formal e contínuo de capacitação dos agentes envolvidos em contratações do Senado Federal, devendo a recomendação ser baixada por implementação.

Conclusão: A partir das informações prestadas e das evidências corroboradas por essa auditoria interna, entende-se que a recomendação foi atendida.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Recomendação 2.12.2 - Definir meta específica de aderência/execução do Plano de Contratações por órgão técnico, bem como identificar e tratar as causas que estão levando as unidades a ter uma baixa execução do plano de contratações.

Providências informadas pelo gestor e análise: Foram prestadas as seguintes informações pela DIRECON por ocasião deste 2º ciclo de monitoramento:

Na última manifestação desta DIRECON, foi proposto o levantamento de dados a respeito do tema. No entanto, considerando os diversos fatores que podem influenciar no êxito e no atendimento aos prazos inicialmente estabelecidos, o Comitê de Contratações considerou desfavorável o custo-benefício de implementação de novos controles que extrapolam as atividades que já estão implementadas, especialmente levando-se em consideração todas as novas atividades impostas pela Nova Lei de Licitações, cuja adaptação demandou bastante estudo e treinamento de todos os atores envolvidos no processo de contratação.

Assim, a recomendação deverá permanecer aberta. (Destaque no original).





SENADO FEDERAL
Auditoria
Coordenação da Auditoria de Contratações

Conclusão: Há informação da DIRECON no sentido que, num primeiro momento, foi proposto o levantamento de dados sobre o tema. Entretanto, num segundo momento, o Comitê de Contratações considerou desfavorável o custo-benefício de se implementar novos controles, tendo em vista diversos fatores que poderiam influenciar no êxito e no atendimento aos prazos inicialmente estabelecidos e de todas as novas atividades impostas pela Lei nº 14.133/2021. Ao final, a DIRECON indica que a recomendação deve permanecer em aberto.

Proposta de encaminhamento: Ação em implementação.

Recomendação 2.12.3 - Avaliar a conveniência e oportunidade, a exemplo da Câmara dos Deputados, de definir regras formais de governança referentes ao Plano de Contratações, tais como definir responsabilidades e quais ações de mitigação e de contorno serão tomadas diante do atraso no encaminhamento de documentos.

Providências informadas pelo gestor e análise: Foram prestadas as seguintes informações pela DIRECON por ocasião deste 2º ciclo de monitoramento:

Em linha com a resposta dada à Recomendação 2.6, há atividades estruturadas, ainda que não formalmente definidas em normativos, que atendem às demandas de governança:

- i. E-mails automáticos encaminhados mensalmente pelo SENiC aos órgãos técnicos;
- ii. Exigência do envio quinzenal ao Comitê de Contratações, pelos órgãos responsáveis, de Relatório de Acompanhamento dos processos de contratação;
- iii. Análise dos relatórios de acompanhamento e feedback aos órgãos;
- iv. Relatório diário de acompanhamento de processos prioritários; e
- v. Elaboração de calendário-limite para as situações mais críticas.

Como se observa, as primeiras medidas são desenvolvidas para mitigação de riscos, ao passo que as duas últimas são ações de contorno.

Além disso, assim como informado no ciclo de monitoramento passado, há deliberação de Adendos por parte do Comitê, que é a maneira de formalizar prazos reavaliados e, mais recentemente, foi definido pelo colegiado um prazo-limite para envio do Adendo de alteração de data, de forma a exigir um maior comprometimento com os prazos por parte dos órgãos técnicos. Adicionalmente, o colegiado reforçou na última reunião de que a atual governança do Plano já se encontra em linha com a ação orgânica do Comitê de Contratações.

Conclusão: A DIRECON apresentou exemplos de atividades que atendem às demandas de governança para mitigação de riscos e ações de controle, ainda que não formalmente



**SENADO FEDERAL**

Auditoria
Coordenação da Auditoria de Contratações

definidas em normativos, reforçando que a atual governança do Plano já se encontra alinhada com a ação orgânica do Comitê de Contratações. Assim, entende-se que o mérito da recomendação foi avaliado em consonância com a recomendação de auditoria.

Proposta de encaminhamento: Recomendação baixada por implementação.

Assim, das 12 (doze) recomendações que estavam em aberto no início desse 2º ciclo de monitoramento, 10 (dez) delas foram baixadas restando-se 2 (duas) recomendações em aberto com a *status* em implementação, quais sejam: Recomendação 2.1 e Recomendação 2.12.2.

Nesse sentido, encaminho esse relatório e a matriz de monitoramento anexa a Vossa Senhoria com a sugestão de envio à DGER para ciência e continuidade das ações com vistas ao completo atendimento das 2 (duas) recomendações em aberto, as quais deverão ser monitoradas em momento futuro.

Respeitosamente,

assinatura eletrônica
Filipe Mesquita Botrel
Coordenador de Auditoria de Contratações

De acordo,

À DGER para ciência do conteúdo deste relatório e adoção, junto aos departamentos competentes, das providências com vistas à continuidade das ações para atendimento das 2 (duas) recomendações que foram mantidas aberto, as quais deverão ser monitoradas em momento futuro.

Após ciência, retornar o processo a AUDIT.

assinatura eletrônica
André Luis Soares da Paixão
Auditor-Geral



MATRIZ DE MONITORAMENTO - 2º CICLO - AUDITORIA OPERACIONAL DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES
Data do Monitoramento: 28/08/2024

UNIDADE EM QUE SE REALIZA A AÇÃO DE CONTROLE												AUTORIA				
Ano da ação	Nome da ação	Tipo da ação	Coordenação executora da ação	PAIR de referência	Processo	Cód. recomendação	Achado	Natureza do Achado	Recomendação	Órgão Gestor	2º Ciclo de Monitoramento			2º Ciclo de Monitoramento		
											Situação Atualizada	Cronograma Atualizado	Evidência(s)	Avaliação das respostas enviadas pela Unidade em que foi realizada a ação de controle	Status atual	Evidência(s)
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.1	Ausência de expressão indicadora de qual objetivo ou diretriz estratégica institucional embasa cada contratação do Plano de Contratações.	Descumprimento de norma/jurisprudência	Faça constar no Plano de Contratações do Senado Federal expressão indicadora de qual objetivo ou diretriz estratégica institucional embasa cada contratação.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	Não informado	00100.115567/2024-37	A DIRECON informa que o CT 122/2022, o qual trata sobre o suporte e aperfeiçoamento do SENC, deverá ser prorrogado e que a primeira frente de ação para fazer o vínculo com diretriz, objetivo e projeto estratégico está associada com esse sistema, por meio de uma demanda a empresa contratada para viabilizar o preenchimento de informações dessa natureza pela órgão demandante da Casa, já no DPO (Documento de Formalização da Demanda). Sobre a segunda frente de ação, a DIRECON informa quanto a necessidade de vínculo direto entre a Solicitação de Contratação, submetida pelo Órgão Técnico ao Comitê, com o atual sistema de Planejamento Estratégico da Casa (BRISK).	1. Ação em implementação	CT 122/2022
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.4.1	Ausência de publicação do Plano de Contratações do Senado na internet	Descumprimento de norma/jurisprudência	Passe a publicar o Plano de Contratações do Senado com suas respectivas atualizações no Portal da Transparência a fim de possibilitar o acesso ao cidadão e sinalizar ao mercado licitador as intenções de compras.	DIRECON/DGER	Dispensável novo encaminhamento para verificar o cumprimento da recomendação.	NA	NA	Recomendação atendida. Confeitu-se que o Plano de Contratações Anual – PCA do Senado Federal tem sido divulgado no Portal da Transparência. Em consulta ao Portal, foi possível atestar que o PCA de 2024 consta divulgado em 2 (duas) versões distintas, de 07/02/2024 e 11/04/2024, em 3 (três) tipos de formatos: .docx, .pdf e .pdf. Além disso, o PCA de 2023 também está divulgado no Portal em 8 (oito) versões distintas.	8. Recomendação baixada por implementação	https://www12.senado.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/direcon/plano-de-contratacoes-anual [acessado em 7 maio 2024].
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.4.2	Ausência de publicação das deliberações do Comitê de Contratações do Senado no internet.	Descumprimento de norma/jurisprudência	Passe a publicar as atas com as deliberações do Comitê de Contratações do Senado no Portal da Transparência a fim de possibilitar o acesso ao cidadão.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	NA	Inicialmente, aponta-se que a recomendação foi mantida em aberto considerando a informação da DIRECON anotada na Matriz de Monitoramento – 1º Ciclo (Doc. 00100.053785/2022-02-1) de que a medida ainda seria avaliada frente a validade técnica e políticas de transparência da Casa. Por seu turno, no 2º ciclo de monitoramento, a DIRECON aponta que as atas de reunião do Comitê estão indicadas no Portal da Transparência, com menção a respectiva publicação no Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF), o qual pode ser acessado por qualquer cidadão.	8. Recomendação baixada por implementação	https://www12.senado.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/direcon/plano-de-contratacoes-anual [acessado em 26 ago 2024].
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.5.1	Ausência de normatização que defina acerca das competências reservadas e delegadas do Comitê de Contratações do Senado.	Oportunidade de melhoria	Promova o aprimoramento da normatização no tocante a elaboração e acompanhamento do Plano de Contratações, especialmente quanto as competências delegadas e reservadas do Comitê de Contratações.	DIRECON/DGER	Dispensável novo encaminhamento para verificar o cumprimento da recomendação.	NA	NA	Recomendação atendida. Verificou-se que diversas competências do Comitê de Contratações foram estabelecidas pelo ADG nº 14/2022, dentre as quais clam-se: publicação do calendário de contratações; receber e deliberar quanto as demandas dos órgãos técnicos; deliberar quanto o enquadramento definitivo do item como “de licar” ou “comum”; determinar a SADCN a abertura de processos de contratação em alguns casos; receber Estudos Técnicos Preliminares e deliberar acerca da sua dispensa, dentre outras.	8. Recomendação baixada por implementação	Art. 7º, 10 e 11 do ADG 14/2022 Art. 9º, § 2º do ADG 14/2022 Art. 9º, § 3º do ADG 14/2022 Art. 12, § 3º do ADG 14/2022 Art. 2º e 3º § 2º do Anexo II do ADG 14/2022
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.5.2	Ausência do histórico de atualizações do Plano de Contratações (inclusões, cancelamentos e alterações), de modo a permitir a comparabilidade das informações e o levantamento de dados gerenciais.	Oportunidade de melhoria	Aperfeiçoar o(s) sistema(s) de informação(ões) gerenciais) atrelado(s) ao Plano de Contratação, de modo a emitir/emitir e disponibilizar histórico de todas as atualizações (inclusões, cancelamentos e alterações) realizadas no Plano ao longo do exercício, a fim de aprimorar o seu acompanhamento.	DIRECON/DGER	Dispensável novo encaminhamento para verificar o cumprimento da recomendação.	NA	NA	Recomendação atendida. Foi verificado que na aba “Planejamento” do Sistema SENC há uma opção de “Alterações ao Plano de Contratações – Adendo”, na qual são listados os adendos as contratações feitas no Plano. Ao selecionar uma determinada contratação é possível verificar os campos alterados destacados em amarelo.	8. Recomendação baixada por implementação	SENC>aba “Planejamento” >>“Alterações ao Plano de Contratações – Adendo”
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.5.3	Plano de Contratação não contempla todas as contratações realizadas em 2019	Descumprimento de norma/jurisprudência	Doravante, incluir todas as contratações previstas para o exercício no respectivo Plano de Contratações, sejam elas realizadas por licitação ou por contratação direta (Anexo V da Lei 1.320/19-SF, art. 3º, III, e Lei nº 14.133, de 2021, art. 1º, I), inclusive aquelas referentes a ações de capacitação para servidores art. 26, II, da Lei 8.069/93, as quais deverão constar, no mínimo, sob a forma de uma rubrica genérica com valor total estimado para o exercício.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	00100.115567/2024-37	Quanto a situação atualizada acerca da inclusão de todas as contratações no PCA, notadamente aquelas advindas de capacitações contratadas, a DIRECON se manifestou nos seguintes termos: (...) discutiu-se sobre a pertinência do valor integral constar do Plano de Contratações Anual, tendo em vista que o PCASF contempla, além das contratações de treinamentos externos e in company, as despesas previstas com Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GEC) para o exercício. Adicionalmente, o Plano também contempla eventos/contratações de cursos in company e cursos que geravam contrato com vigência estendida, a exemplo do curso promovido pela empresa Amara Key (Contratação nº 2022/002). Treinamento externo para desenvolvimento gerencial de gestores de equipes e Contratação 2024/002 - Programa de capacitação “APG Trends” ministrado pela empresa Amara-Key, o que resultou em duplicação de valores no PCA. Ademais, a DIRECON mencionou as seguintes recentes deliberações do Comitê de Contratações: i. Analisando, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) deverá submeter ao colegiado Solicitação de Contratação no valor total previsto para treinamentos externos e treinamentos in company constantes do Plano de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF) do exercício; ii. Neste valor não deverão estar contempladas as despesas com Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos (GEC); iii. Visando evitar a duplicidade de despesas no Plano de Contratações Anual, não deverão ser encaminhadas Demandas ou Solicitações para ação de capacitação de forma apartada do item genérico do PCASF; e iv. Os processos de contratação para essa finalidade não estarão mais sob a operacionalização do SENC, ficando somente no âmbito do SIGAD. Entende-se que as novas deliberações discutidas e aprovadas pelo Comitê, constantes da Ata da 4ª Reunião de 2024 (Doc. 00100.109198/2024-43) vão ao encontro da presente recomendação de auditoria, evitando, ainda, que despesas não relacionadas a contratações próprias das Casas (como as oriundas de GEC) ou em duplicidade (como as que resultam em contratações estendidas) desvirtuem os objetivos do PCA estabelecidos no artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, os quais devem ser de (1) reconhecer as contratações dos órgãos e entidades, (2) garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e (3) subsidiar a elaboração de leis orientadoras.	8. Recomendação baixada por implementação	Ata da 4ª Reunião de 2024 (Doc. 00100.109198/2024-43)
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.6	Ausência de classificação das demandas constantes do Plano de Contratações em função de complexidade (ex: taxa, média e alta) e criticidade (ex: aplicação de Matriz O.U.T.).	Oportunidade de melhoria	Avalie a oportunidade e a conveniência de classificar previamente as demandas constantes do Plano de Contratações em termos de complexidade (ex: taxa, média e alta) e criticidade (ex: aplicação de Matriz O.U.T.).	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	00100.115567/2024-37	Em linhas gerais, a DIRECON aponta a definição, pelo Comitê de Contratações, acerca do desinteresse na implementação de se classificar previamente o grau de complexidade das contratações. Quanto a criticidade, foi indicado que a equipe de apoio ao colegiado e a equipe responsável pela contratação já executam ações que se alinham a esse controle, mesmo que não formalmente instituídas em normativas da Casa. Para tanto, cita alguns exemplos práticos adotados (como envio automático de e-mail) e apresenta algumas evidências pertinentes. Ademais, a DIRECON aponta que, a partir de informações quinzenais repassadas pelos órgãos responsáveis, a equipe de apoio ao Comitê de Contratações pretende adotar uma forma lógica e não regulamentada, pontuando quanto a criticidade das contratações, o que deve auxiliar no acompanhamento dos processos de contratação, notadamente para diferenciação de processos prioritários e críticos. Por fim, salienta que a classificação das demandas em função da criticidade está em implementação. Diante das informações e evidências apresentadas, entende-se que a recomendação de auditoria foi atendida, ou seja, foi avaliado o mérito de se classificar previamente as demandas do PCA em função da complexidade (considerada como reputação e não conveniência) e criticidade (já em estágio de implementação).	8. Recomendação baixada por implementação	Anexo ao 00100.115567/2024-37
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.7.1	Ausência de fixação prévia de prazo-limite de tramitação para as instruções referentes ao Plano de Contratações, por fase e por tempo total.	Oportunidade de melhoria	Implementar efetivamente a sistemática de monitoramento dos prazos de tramitação na execução do Plano de Contratações, parâmetro de controle de prazo-limite (em dias) sendo formulado sobre quais prazos-limite (em dias) serão adotados como parâmetro de monitoramento (inc. II do art. 8º do Anexo V da Lei 1.320/19-SF), preferencialmente por fase e por tempo total de tramitação.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	00100.115567/2024-37	Quanto as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 a DIRECON esclarece a informação prestada no 1º ciclo de monitoramento no sentido que “todas as áreas envolvidas diretamente na instrução de processos de contratação possuem Plano de Gestão atualmente”. Em síntese, a área auditada apresenta um panorama atual dos controles internos da Casa acerca dos prazos de tramitação, informando que as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 foram apreciadas e, embora procedentes, não serão implementadas, tendo em vista os controles existentes e o custo-benefício de se adotar novos controles.	7. Recomendação baixada por autoridade competente	NA
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.7.2	Ausência de fixação prévia de prazo-limite de tramitação para as instruções referentes ao Plano de Contratações, por atividade.	Oportunidade de melhoria	Avaliar conveniência e oportunidade de fixar prazo-limite por atividades para execução dos procedimentos de contratação e respectivos monitoramento, nos moldes do Anexo II da Instrução Normativa do ST/COG nº 1.2/2019.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	00100.115567/2024-37	Quanto as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 a DIRECON esclarece a informação prestada no 1º ciclo de monitoramento no sentido que “todas as áreas envolvidas diretamente na instrução de processos de contratação possuem Plano de Gestão atualmente”. Em síntese, a área auditada apresenta um panorama atual dos controles internos da Casa acerca dos prazos de tramitação, informando que as recomendações 2.7.1 e 2.7.2 foram apreciadas e, embora procedentes, não serão implementadas, tendo em vista os controles existentes e o custo-benefício de se adotar novos controles.	7. Recomendação baixada por autoridade competente	NA
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.10.1	Inexistência de programa sistematizado de treinamento e capacitação voltado aos agentes envolvidos no processo de elaboração do Plano de Contratações.	Oportunidade de melhoria	Elaborar e implementar programa formal e contínuo de capacitação dos agentes envolvidos em contratações do Senado Federal (Para LBDGER).	ILB/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	00100.115567/2024-37	Foram prestadas as seguintes informações por ocasião deste 2º ciclo de monitoramento: O Instituto Legislativo Brasileiro – ILB oferece, em novembro de 2022, o curso de extensão em “Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo”, com 60 horas-aula, na modalidade online ao vivo. No primeiro semestre de 2024, esta DIRECON, em conjunto com o ILB, disponibiliza na plataforma Saberes e Cursos “Licitação e Contratos Administrativos. Um olhar para a Lei nº 14.133, de 2021”, na modalidade EAD sem tutoria. Para o segundo semestre de 2024 estão previstos, no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal 2024 dos cursos voltados para licitações e contratos. Além disso, a área temática “compras e contratos” foi amplamente contemplada na distribuição orçamentária do PCASF 2024 entre os órgãos desta Casa, demonstrando o compromisso desta Administração capacitando pessoas dessa natureza. Assim, entende-se que já existe programa formal e contínuo de capacitação dos agentes envolvidos em contratações do Senado Federal, devendo a recomendação ser baixada por implementação.	8. Recomendação baixada por implementação	PCASF 2024
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.12.2	Baixo grau de aderência por Órgão Técnico ao Plano de Contratações.	Oportunidade de melhoria	Definir meta específica de aderência/execução do Plano de Contratações por órgão técnico, bem como identificar e tratar as causas que estão levando as unidades a ter uma baixa execução do plano de contratações.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	Não informado	00100.115567/2024-37	Foram prestadas as seguintes informações pela DIRECON por ocasião deste 2º ciclo de monitoramento: Na última manifestação desta DIRECON, foi proposta o levantamento de dados a respeito do tema. No entanto, considerando os diversos fatores que podem influenciar no êxito e no atendimento aos prazos inicialmente estabelecidos, o Comitê de Contratações considerou desfavorável o custo-benefício de implementação de novos controles que extrapolam as atividades que já estão implementadas, especialmente levando-se em consideração todas as novas atividades impostas pela Nova Lei de Licitações, cuja adaptação demandou bastante estudo e treinamento de todos os atores envolvidos no processo de contratação. Assim, a recomendação deverá permanecer aberta.	1. Ação em implementação	NA
2021	Auditoria operacional do processo de planejamento de contratações	1. Auditoria Operacional	2. COAUDCON	2021	00200.014374/2019-74	2.12.3	Notável descumprimento dos prazos estipulados no Plano de Contratações para envio dos Termos de Referência e auditoria de regras formais de governança referentes ao tratamento dos dados de planejamento, como ações de mitigação e de controle sendo tomadas diante do atraso no encaminhamento de documentos.	Oportunidade de melhoria	Avaliar conveniência e oportunidade, a exemplo da Câmara dos Deputados, de definir regras formais de governança referentes ao tratamento dos dados de planejamento, como ações de mitigação e de controle sendo tomadas diante do atraso no encaminhamento de documentos.	DIRECON/DGER	As manifestações da DIRECON no 2º ciclo de monitoramento que foram objeto de análise estão consolidadas no Doc. 00100.115567/2024-37 (OFICIO 119/2024DIRECON)	NA	00100.115567/2024-37	Foram prestadas as seguintes informações pela DIRECON por ocasião deste 2º ciclo de monitoramento: Em linha com a resposta dada à Recomendação 2.6, há atividades estruturadas, ainda que não formalmente definidas em normativos, que atendem as demandas de governança: i. E-mails automáticos encaminhados mensalmente pelo SENC aos órgãos técnicos; ii. Exigência do envio quinzenal ao Comitê de Contratações, pelos órgãos responsáveis, de Relatório de Acompanhamento dos processos de contratação; iii. Análise dos relatórios de acompanhamento e feedback aos órgãos; iv. Relatório diário de acompanhamento de processos prioritários; e v. Elaboração de calendário-limite para as situações mais críticas. Como se observa, as primeiras medidas são desenvolvidas para mitigação de riscos, ao passo que as duas últimas são ações de controle. Além disso, assim como informado no ciclo de monitoramento passado, há deliberação de Adendos por parte do Comitê, que é a maneira de formalizar prazos revisáveis e, mais recentemente, foi definido pelo colegiado um prazo-limite para envio do Adendo de alteração de data, de forma a exigir um maior comprometimento com os prazos por parte dos órgãos técnicos. Adicionalmente, o colegiado reforçou na última reunião de que a atual governança do Plano já se encontra em linha com a ação orgânica do Comitê de Contratações. Já a DIRECON apresentou exemplos de atividades que atendem as demandas de governança para mitigação de riscos e ações de controle, ainda que não formalmente definidas em normativos, relatando que a atual governança do Plano já se encontra alinhada com a ação orgânica do Comitê de Contratações. Assim, entende-se que o mérito da recomendação foi avaliado em consonância com a recomendação de auditoria.	8. Recomendação baixada por implementação	i. E-mails automáticos encaminhados mensalmente pelo SENC aos órgãos técnicos; ii. Exigência do envio quinzenal ao Comitê de Contratações, pelos órgãos responsáveis, de Relatório de Acompanhamento dos processos de contratação; iii. Análise dos relatórios de acompanhamento e feedback aos órgãos; iv. Relatório diário de acompanhamento de processos prioritários; v. Elaboração de calendário-limite para as situações mais críticas. Como se observa, as primeiras medidas são desenvolvidas para mitigação de riscos, ao passo que as duas últimas são ações de controle.

Elaborado por: Filipe Mesquita Botel
Revisado e Supervisionado por: André Luis Soares do Paíão